

**ACTA NÚMERO 18/X/ 3.ª SL**

Aos doze dias do mês de Fevereiro de 2008, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala n.º 4 da Biblioteca do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I Parte

A COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS PROMOVE UMA REUNIÃO COM A PRESENÇA DO SENHOR EURODEPUTADO ADRIAN SEVERIN, CO-AUTOR DO RELATÓRIO SOBRE A COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU APÓS 2009, PARA DEBATER O NOVO TRATADO DE LISBOA, ESPECIFICAMENTE, O PROCESSO DE ESCRUTÍNIO PARLAMENTAR DE MATÉRIAS EUROPEIAS.

O Senhor Presidente deu as boas-vindas ao Senhor Eurodeputado, Adrian Severin, sublinhando a importância da realização da presente reunião no contexto da ratificação do Tratado de Lisboa. Depois de apresentar os Senhores Deputados da Comissão, referiu o interesse no debate acerca dos lugares do Parlamento Europeu (PE) na sequência das eleições de 2009 e na preparação do PE para as futuras adesões à UE, congratulando a Roménia por já ter ratificado o Tratado.

O Senhor Deputado ao PE, Adrian Severin, agradeceu a oportunidade do debate com Deputados nacionais e pronunciou-se acerca da proclamação da Carta dos Direitos Fundamentais e do facto de 2008 ser o ano da ratificação do Tratado com o objectivo da sua entrada em vigor em Janeiro de 2009. Considerou que o grande vencedor do Tratado de Lisboa tinha sido o PE e, conseqüentemente, os cidadãos europeus. Por outro lado, referiu a importância dos Parlamentos Nacionais (PN) exercerem o seu poder de influência na União, através de uma maior fiscalização dos respectivos governos que, porém, em muitos casos, não enviam informação aos seus Parlamentos. No respeitante às relações entre PN e PE, considerou que seria importante uma maior coordenação entre os parlamentares, sobretudo, sempre que sejam responsáveis por relatórios importantes, apoiando a medida tomada por alguns Parlamentos de associar eurodeputados às reuniões das Comissões de Assuntos Europeus dos PN. No que concerne ao processo de ratificação do Tratado de Lisboa, salientou a importância de cada vez mais Estados-Membros ratificarem o Tratado, constituindo uma forma de pressão para outros Estados com situações mais difíceis, como a Irlanda e o Reino Unido. Informou ter apoiado a realização de um referendo simultâneo em todos os Estados-Membros, apesar de partilhar a convicção de que um referendo não funcionava num compromisso tão complexo como o Tratado de Lisboa. Para além destas

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

questões, informou também acerca do processo de reforma que o PE se encontrava a desenvolver, sobretudo nos seus procedimentos legislativos, uma vez que o PE passaria a ter menos debates políticos e mais processo legislativo, num quadro de crescentes competências. Nesta sequência, o relatório sobre os lugares no PE a partir de 2009 manteve o compromisso do Tratado de Nice, procurando que nenhum país fosse penalizado. No entanto, chamou a atenção para o facto dos pequenos países estarem a ser beneficiados, dando como exemplo, a título prospectivo, que os Estados que constituíam a ex-Jugoslávia teriam menos eurodeputados nessa condição do que os Estados agora candidatos à UE. Por outro lado, por exemplo, um eurodeputado alemão precisaria de mais votos para ser eleito do que um eurodeputado maltez. Por fim, referiu que se tomara em consideração os residentes e não os nacionais, para efeito de eleitores.

A Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) considerou importante a aposta numa maior cooperação entre PE e PN, tendo em vista um melhor escrutínio das iniciativas da UE e, consequentemente, uma Europa mais forte, mais pequena e mais perto dos cidadãos com o reforço, pelo Tratado de Lisboa, da vertente parlamentar da União. Quis saber, na óptica do Senhor Eurodeputado, qual seria a principal inovação do Tratado e qual a melhor forma de o explicar aos cidadãos. Informou acerca do programa de Conferências da CAE como preparação da aprovação parlamentar do Tratado. Por fim, quis saber a opinião do Senhor Eurodeputado sobre a crise do Kosovo.

O Senhor Deputado Mário David (PSD) comentou a questão dos lugares no PE e a crise do Kosovo.

O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP) referiu que a posição do Senhor Eurodeputado sobre o Kosovo ia de encontro à posição do CDS/PP e colocou outras questões, como a oportunidade de maior participação dos cidadãos, o verdadeiro poder de bloqueio dos pequenos Estados, o critério dos residentes versus nacionais, chamando a atenção para o facto de serem residentes integrados e legais, considerando necessário um amplo debate sobre o conceito de «residentes».

O Senhor Deputado Renato Leal (PS), recordando que a abstenção seria quanto maior, quanto mais longe o centro de decisão, chamou a atenção para a alta abstenção nas eleições do PE. Recordou as deficiências da PAC e o problema das quotas do leite. Referiu também a necessária relação dialéctica e conflitual das relações entre PE e PN.

O Senhor Presidente constatou que a decisão da forma de ratificação do Tratado teria repercussões nas decisões de outros Estados-membros, uma vez que todos estariam a observar Portugal, referindo ter sido por este facto que alterara a sua posição inicial pró referendo.

O Senhor Eurodeputado Adrian Severin comentou as várias questões colocadas, referindo que, na reforma desenvolvida pelo Tratado de Lisboa, o mais importante fora a fixação de princípios baseados na balança de poderes e no equilíbrio inter-institucional, através das cláusulas horizontais/institucionais, abrindo a porta a uma Europa mais coesa, mais social e mais segura para os cidadãos. Relativamente às principais inovações do Tratado, realçou o

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

aumento de poderes do PE; a possibilidade dos cidadãos europeus poderem apresentar uma petição (reunindo um milhão de assinaturas); a proclamação da Carta dos Direitos Fundamentais; a criação do cargo de Presidente do Conselho Europeu e do Alto Representante para a Política Externa; e a promoção do diálogo de parceria entre PE e PN. Quanto aos «residentes», concordou que se teria de definir melhor o conceito. Relativamente à possibilidade de bloqueio dos pequenos Estados, considerou tratar-se de um perigo real sobre o qual todos se deveriam preocupar. No que concerne o Kosovo, afirmou que tal poderia encorajar os movimentos nacionalistas noutros países europeus que anseiam tornar-se, idealmente, independentes, ou, de facto, protectorados.

O Senhor Presidente agradeceu a visita do Senhor Eurodeputado e deu início à segunda parte da ordem de trabalhos.

### 1. Expediente

O Senhor Presidente informou os membros da CAE sobre a iniciativa do IEEL/Representação da Comissão Europeia em Portugal “À Descoberta da Europa Mundo”, referindo tratar-se de um projecto que decorreria entre Janeiro e Maio de 2008, compreendendo a realização de 20 ateliers com o objectivo de alargar e descentralizar o debate europeu em Portugal, sobre diferentes áreas: Paz e Crises Humanitárias, Ambiente, Direitos do Homem e Diversidade, Luta contra a Pobreza, Globalização, integração da Turquia e de outros novos membros. Por fim, comunicou que o projecto culminaria com a realização do Atelier Nacional, tendo-se proposto que o mesmo viesse a decorrer na Sala do Senado do AR, no dia 14 de Maio de 2008, contando com a participação de 200 jovens e com os principais especialistas das questões europeias em Portugal.

### 2. Distribuição dos Relatórios/Pareceres das Comissões especializadas permanentes sobre o acompanhamento das iniciativas da Comissão Europeia.

O Senhor Presidente elencou os dois Pareceres das Comissões especializadas permanentes sobre o acompanhamento das iniciativas da Comissão Europeia, determinando que caberia, respectivamente ao PS e ao PSD, a elaboração de um Parecer final:

#### 9ª Comissão (COPTC)

- COM (2007) 697 final - Parecer referente à «Proposta de Directiva do PE e do Conselho que altera a directiva 2002/21/CE, relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações electrónicas, a Directiva 2002/19/CE, relativa ao acesso e interligação de redes de comunicações electrónicas e recursos conexos, e a Directiva 2002/20/CE, relativa à autorização de redes e serviços de comunicações electrónicas»

Deputado Relator na 9ª Comissão: José Junqueiro (PS)

9ª Comissão (COPTC)

- COM (2007) 560 - Parecer referente à «Proposta de regulamento do PE e do Conselho relativo à protecção dos peões e outros utentes vulneráveis da via pública (apresentada pela Comissão)».

Deputado Relator na 9ª Comissão: Abel Baptista (CDS/PP)

### 3. Apresentação, apreciação e votação de Parecer da CAE elaborado no âmbito do processo de escrutínio das Iniciativas da Comissão Europeia

O Senhor Presidente, por solicitação do Senhor Deputado Relator, Jacinto Serrão (PS), adiou a discussão deste ponto da ordem de trabalhos para a próxima reunião.

### 4. Programa de debate sobre do Tratado de Lisboa

O Senhor Presidente recordou o facto de ter dado entrada na Assembleia da República a Proposta de Resolução n.º 68/X/GOV, que aprova o Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que Institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa a 13 de Dezembro de 2007. Assim, o agendamento da aprovação pela AR estaria previsto para o final de Abril. Considerando o atrás exposto, o Senhor Presidente agendou o debate do Parecer da CAE sobre a matéria para o dia 16 de Abril, sugerindo que o Parecer fosse elaborado por Relatores dos dois maiores grupos parlamentares, PS e PSD, seguindo a tradição parlamentar.

No que se refere à organização das Conferências, informou que a primeira se realizaria no Porto, a segunda em Faro e a terceira em Lisboa. Recordou que a lista de oradores tinha sido distribuída aos membros da CAE, para validação. Relativamente a datas, propôs dia 11 de Março, à tarde, das 16h30 às 19; dia 2 de Abril, de manhã; e dia 9 de Abril, na AR.

A Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) aventou a hipótese das Conferências se realizarem em simultâneo e propôs nomes de possíveis oradoras a convidar para as referidas Conferências.

O Senhor Deputado Mário David (PSD) concordou com a lista de oradores e assinalou a necessidade de se procurar uma forma de debater também com representantes dos Açores e da Madeira.

O Senhor Presidente informou que SEXA PAR já solicitara os Pareceres às Assembleias Legislativas das regiões autónomas.

O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP) concordou com a lista de oradores, propondo mais dois nomes.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

O Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) concordou com a ideia de incluir as regiões autónomas no debate sobre o Tratado de Lisboa.

A Senhora Deputada Isabel Pires de Lima (PS) concordou com a lista de oradores, sugerindo um orador.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião pelas dezassete horas e dez minutos, lavrando-se a presente acta que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

### O PRESIDENTE DA COMISSÃO

*(Vitalino Canas)*